



RELATORIA DO PAINEL TEMÁTICO

Cursos de pós-graduação nas escolas de governo

Ana Luisa Delgado

Eliane dos Santos Luz

Diretoria de Formação Profissional da ENAP

PALESTRAS

A pós-graduação em Escolas de Governo: perspectivas e desafios

André Sathler Guimarães

CEFOP/ Câmara dos Deputados

A experiência da ENAP na oferta de cursos de pós-graduação lato sensu

Carmen Isabel Gatto

Escola Nacional de Administração Pública – ENAP

A pós-graduação, oportunidade para identificação e afloramento de potencialidades no serviço público

Jaqueline Filgueiras Chapadense

Escola de Governo do Distrito Federal

Pós-graduação: aperfeiçoando as competências do servidor público

Ricardo Costa do Amaral Carneiro

Escola de Governo do Rio Grande do Norte Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales – EGRN

O Painel trouxe à tona o debate acerca dos desafios e perspectivas na oferta de cursos de pós-graduação, pelas escolas de governo. Foram apresentados quatro trabalhos, sendo o primeiro caracterizado pela indicação daqueles que seriam os principais desafios enfrentados atualmente por essas escolas, na oferta de cursos de pós-graduação, pontuando, de certa forma, os três trabalhos subsequentes, em que três escolas de governo - uma nacional e duas estaduais - apresentaram suas experiências no âmbito do tema em pauta.

O primeiro painelistas, André Sathler, representante da Coordenação de Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, abriu o debate apontando quatro desafios que poderiam ser vistos como os principais pontos críticos na oferta de pós-graduação, pelas escolas de governo: (i) a questão da institucionalização junto ao Ministério da Educação (MEC); (ii) o papel da especialização nas escolas de governo; (iii) a contribuição dos cursos de especialização para o Estado, em diálogo com o conceito de eficiência do servidor público e (iv) as questões burocráticas enfrentadas pelas escolas enquanto instituições pertencentes à Administração Pública.

Quanto ao primeiro desafio, o palestrante situou o histórico da questão da institucionalização das escolas junto ao MEC, abordando a figura do “credenciamento especial” e sua extinção, o que gerou a reação das escolas de governo, frente às novas exigências do Conselho Nacional

de Educação (CNE) para o credenciamento. Para ele, “*as escolas de governo é que foram bater na porta do MEC e o MEC tem suas regras*”, então caberia às escolas organizarem-se para lidar com a **tensão ‘especificidades das escolas de governo’ x ‘normas e critérios do MEC’**. Nesse contexto, seria papel das escolas, de forma organizada e articulada, pontuarem suas necessidades a partir de suas especificidades, bem como suas dificuldades para enquadrar-se em critérios rigorosos de avaliação, aplicados genericamente às Instituições de Educação Superior (IES), decidindo sobre o que devem e o que não devem atender de forma a lidar com essa tensão da melhor forma possível, com vistas à superação dessa importante etapa que se impõe às escolas de governo que oferecem cursos de pós-graduação.

O segundo desafio trazido ao debate referiu-se ao papel dos cursos de especialização nas escolas de governo. O palestrante abordou o surgimento e as mudanças no caráter dos cursos de especialização no Brasil. Ressaltou que na antiga Lei de Diretrizes e Bases, de 1964, não era exigida a formação superior para fazer especialização (eram ‘cursos livres’) e salientou as mudanças trazidas pelo Parecer CFE nº 977/65, do Conselheiro Newton Sucupira, que definiu as normas da pós-graduação no Brasil, incluindo a pós-graduação *lato sensu* e os cursos de especialização. Definiu-se, então, que os cursos de especialização precisariam ter objetivo técnico-profissional específico, como um treinamento no âmbito profissional. O palestrante provocou a reflexão sobre o que diferencia os treinamentos de 30 ou 40 horas, oferecidos pelas escolas para um curso de especialização, para além da carga horária. Para ele, esta é uma questão em aberto, em que alguns autores entendem que uma especialização deve levar a uma experiência emancipatória e transformadora, desenvolvendo o pensamento crítico, enquanto outros pensariam que isso caberia apenas ao mestrado, ao doutorado e à graduação. Dessa forma, esse seria um desafio conceitual que se apresenta às escolas de governo.

O terceiro desafio trazido pelo painalista foi: qual é a contribuição dos cursos de especialização para o Estado, em diálogo com o conceito de eficiência mencionado na Emenda Constitucional nº19? Em que grau a especialização contribui para melhorar a eficiência do servidor? O palestrante argumentou a necessidade de se pensar um conceito de eficiência mais estrutural. Melhorar a eficiência a partir de um servidor melhor preparado, um servidor crítico, seria papel da especialização: “*eu tenho um saber específico e posso formar pessoas melhores, em termos do desenvolvimento desse saber específico*”. E aqui se colocaria outra questão fundamental: em que nível, na especialização, deve-se associar a pesquisa e a extensão? Isso porque, conforme argumentou o palestrante, se há a pretensão de gerar um conhecimento específico, é preciso pensar em pesquisa e, se há a pretensão de gerar contribuição, é preciso pensar em extensão. Esse seria, filosoficamente, o maior desafio, na opinião do painalista.

Por último, André Sathler mencionou o desafio do nível administrativo, de como lidar com as questões burocráticas, na instituição onde o curso está funcionando? Trata-se do desafio de ser uma escola e, ao mesmo tempo, um órgão da Administração Pública, o que traz restrições operacionais cotidianas, relativas a atividades corriqueiras, como contratação de docentes, ordenamento de despesas, dentre outras. Este desafio operacional foi amplamente trazido pelos demais palestrantes do Painel, a partir do relato de suas respectivas experiências.

Dando sequência ao painel, os representantes da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV) e da Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN), do Rio Grande do Norte, relataram as experiências de cada escola, em diálogo com os desafios pontuados. Maria Stela Reis, Diretora de Formação Profissional da ENAP, abordou a evolução histórica da especialização na ENAP, o que caracteriza a Escola na oferta desses cursos, a atual oferta e seus principais desafios. Enfatizou que a ENAP, enquanto escola nacional procura evitar as ofertas de cursos de pós-graduação voltados à gestão de políticas setoriais, optando por ofertas “transversalizáveis”, que tragam

perspectivas abrangentes de gestão. Relatou que o atual foco da Escola é na gestão estratégica de políticas públicas, com ênfase em questões como federalismo, transversalização, capacidades estatais, entre outras. Como exemplo da oferta de cursos de especialização, na ENAP, mencionou o curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social e o de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos. Esses seriam exemplos de cursos multissetoriais, pois tratam da gestão de políticas públicas que envolvem diversos setores, coadunando-se, portanto, ao objetivo da Escola de ofertar cursos de pós-graduação mais abrangentes, e não setoriais. Ressaltou que o foco da especialização na ENAP é a capacitação do profissional, a partir dos desafios enfrentados na gestão das políticas federais. Abordou, ainda, as especificidades das escolas de governo, argumentando que o fato de as escolas serem parte da Administração Pública é um ativo que as diferencia das universidades. Nesse contexto, os docentes são encontrados a partir da rede de relacionamento institucional e o processo seletivo dos discentes deve estar em constante aperfeiçoamento, buscando selecionar alunos com conhecimento e envolvimento na Administração Pública.

Sobre os desafios para a Especialização na ENAP, a palestrante citou a necessidade de se pensar em uma estrutura mais criativa na oferta dos cursos, possibilitando que parte da carga horária possa ser feita a distância, com oferta de disciplinas optativas, entre outras iniciativas que possam atrair o público alvo desejado pela ENAP, uma vez que os atuais discentes argumentam ter dificuldades em conciliar o curso com a rotina profissional. Mencionou, ainda, o desafio da ampliação do público-alvo, atendendo, por exemplo, aos servidores sem vínculo, com DAS, que também fazem parte da força de trabalho do Estado. Enfatizou o desafio da institucionalização, junto ao MEC e o esforço por conciliar o atendimento às exigências do MEC/CNE às especificidades das escolas de governo. Ademais, citou a necessidade de fortalecimento do processo de internacionalização das escolas, com a ampliação dos espaços de troca com escolas de governo de outros países. Por último, mencionou o desafio do alinhamento didático-pedagógico com o corpo docente, uma vez que este não faz parte do quadro próprio da Escola, o que demanda um esforço cuidadoso de coordenação pedagógica, com vistas ao atendimento dos objetivos de aprendizagem propostos pela Escola.

A Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), por sua vez, apresentou a palestra “A pós-graduação, oportunidade para identificação e afloramento de potencialidades no serviço público”. A diretora-executiva, Jaqueline Filgueiras, abordou a questão da pós-graduação como fator de motivação, valorização e reconhecimento das potencialidades dos servidores do GDF, o que, para ela, gera melhorias nos processos da Administração Pública. A palestrante apresentou dados que apontavam os altos índices de doenças comportamentais no GDF, adoecimento que estaria associado à insatisfação profissional. Dessa forma, a especialização serviria como uma motivação aos servidores.

Discorrendo sobre a experiência da EGOV na oferta de cursos de pós-graduação, destacou o projeto “Formação com Devolutivas”, que tem por objetivo promover e devolver à Administração Pública, conhecimento e reflexões sobre os processos de gestão pesquisados pelos servidores que formam o corpo discente dos cursos. Segundo Jackeline, o projeto traz como externalidade positiva, a validação daquele processo de formação junto às esferas de governo do DF, com o envolvimento da parte estratégica implicada na gestão no processo formativo. Nesse contexto, a contrapartida dos servidores do GDF que participam dos cursos de especialização ocorreria de três formas: com a publicação dos trabalhos acadêmicos, no banco de publicações, disponível no *site* da Escola; com a apresentação ao público dos trabalhos e pesquisas desenvolvidos durante o curso, e com o estímulo e convite aos servidores especialistas para comporem a equipe de instrutores da EGOV.

Dialogando com a apresentação dos palestrantes anteriores, a diretora mencionou como um *“desafio constante”* o fato de *“você estar dentro de uma estrutura administrativa e ser uma escola”*, abordando as questões operacionais da parceria com a Universidade de Brasília (UnB) na oferta da pós-graduação e as dificuldades enfrentadas na execução do programa, devido aos limites administrativos.

Por último, Ricardo Amaral, Gestor de Contratos e Convênios da Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN) apresentou a experiência dessa Escola, enfatizando as questões operacionais para a oferta da pós-graduação, em diálogo com o desafio de como lidar com as questões burocráticas. Nesse contexto, falou sobre os instrumentos utilizados pela Escola para diminuir a evasão escolar, como o desconto de 20% na folha de pagamento do servidor, referente ao custeio do curso e o compromisso que o servidor assume de ficar no Estado, por um período mínimo estabelecido após a conclusão do curso. Discorreu sobre a parceria de sucesso estabelecida com a universidade estadual para a oferta da pós-graduação e sobre a experiência diferenciada da Escola quanto à questão do credenciamento, uma vez que a EGRN solicitou o credenciamento como uma instituição de ensino superior não acadêmica, o que é permitido no âmbito do Conselho Estadual de Educação.

Após a apresentação dos quatro painelistas, algumas questões importantes foram trazidas ao debate, entre as quais: como se dão os processos de avaliação e monitoramento dos resultados da capacitação para a execução das atividades profissionais? Como as escolas estão reagindo ao novo marco regulatório, para continuar oferecendo os cursos? Quais são os instrumentos utilizados para formalizar as parcerias com outras instituições e como são formatados os programas dos cursos, nas diferentes experiências? A ENAP falou sobre as dificuldades em realizar avaliações de impacto dos cursos, considerando a complexidade em se medir o efeito da capacitação no desempenho profissional, *“distinguindo, no desempenho do servidor, aquilo que veio da capacitação e aquilo que veio do contexto”*. A respeito do credenciamento, foram apresentados os esforços da ENAP, enquanto coordenadora da Rede Nacional das Escolas de Governo, para que *“as escolas de governo sejam tratadas como escolas de governo”* pelo Ministério da Educação, considerando-se suas características diferenciadas, como: a capacidade de mobilizar conhecimentos práticos da Administração Pública; a inexistência de quadro próprio de docentes e a característica de atuar com docentes mais ligados ao mundo profissional que ao acadêmico, apresentando a ideia da institucionalização de um banco de docentes.

O painel demonstrou que as diferentes escolas enfrentam desafios comuns na oferta de cursos de pós-graduação, e apresentam soluções diversas, a partir da criatividade e dos contextos de cada instituição, revelando a importância da constituição desses espaços de troca e diálogo entre as escolas para a otimização de soluções e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.